



UM IMPÉRIO DE PAPEL: GEOGRAFIAS METROPOLITANAS DA ÁFRICA NA RETÓRICA COLONIAL PORTUGUESA

Vincenzo Russo (Universidade de Milão)

RESUMO: Neste artigo, discutimos como a retórica colonial portuguesa, apesar de se constituir como um imperialismo de outro “gabarito”, na conhecida expressão de Eduardo Lourenço, utiliza, no último quartel do século XIX, vários discursos disciplinares para legitimar a sua ação em África, na esteira de outras ideias coloniais, nomeadamente de França e Inglaterra. A geografia e a cartografia não só como disciplinas científicas, mas também como estratégias retóricas, contribuem para criar e sustentar as fantasias do Império. O Império Português constrói um imaginário cultural que é baseado em uma nova concepção de espaço e tempo que a modernidade europeia impôs ao mundo.

PALAVRAS-CHAVE: geografia, colonialismo, cultura

AN EMPIRE OF PAPER: METROPOLITAN GEOGRAPHY OF AFRICA IN PORTUGUESE COLONIAL RHETORIC

ABSTRACT: In this article, we discuss how the Portuguese colonial rhetoric uses the example of colonial ideas of France and England in the last quarter of the nineteenth century to legitimize its action in Africa, although it is a specific imperialism (“de outro gabarito” in the famous expression of Eduardo Lourenço). The geography and cartography, not only as scientific disciplines, but also as a rhetorical strategy, help to create and sustain the fantasies of the Empire. The Portuguese Empire builds a cultural imaginary that is based on a new conception of space and time that European modernity has imposed on the world.

KEYWORDS: geography, colonialism, culture

En aquel Imperio, el Arte de la Cartografía logró tal perfección que el Mapa de una sola Provincia ocupaba toda una ciudad, y el Mapa del Imperio toda una provincia. Con el tiempo, estos Mapas Desmesurados no satisficieron y los Colegios de Cartógrafos levantaron un Mapa del Imperio, que tenía el tamaño del Imperio y coincidía puntualmente con él. Menos Adictas al Estudio de la Cartografía, las Generaciones siguientes entendieron que ese dilatado Mapa era inútil y no sin Impiedad lo entregaron a las Inclemencias del Sol y de los Inviernos. En los Desiertos del Oeste perduran despedazadas Ruinas del Mapa habitadas por Animales y por Mendigos; en todo el País no hay otra reliquia de las Disciplinas Cartográficas (MIRANDA *apud* BORGES, 1999)



1. Geografia e colonialismo

Como é sabido, o imperialismo, nos finais do século XIX, vai *pari passu* com os progressos da ciência geográfica. Os europeus podem, simbólica e materialmente, reivindicar a posse do mundo até então conhecido. Os cartógrafos, tal como os outros criadores de mapas, inclusive os escritores de aventuras, desenham tanto as áreas que o saber geográfico já codificou como os espaços da *terra incognita* e, através dos mapas, reivindicam para si o direito de possuir também a geografia real (PHILLIPS, 1997, p. 6). Não só os mapas da ciência cartográfica, mas também os mapas imaginados pela literatura – como o mapa das lendárias Minas do Rei Salomão, no romance de Rider Haggard¹, significativamente traçado por um antigo *fidalgo* português do século XVI, chamado com o improvável nome de D. José da Silvestra – contribuem para representar o espaço do mundo que há-de ser colonizado por outros. O fim de século europeu é vontade de poder cartográfico enquanto vontade de colonizar o espaço que ainda resta, com vista à consolidação do poder imperial. Se é indubitável que a luta pela geografia não implica só os exércitos e os canhões, mas também as ideias, as formas e os mecanismos do imaginário (SAID, 1998, p. 33), não deixa de ser verdade que o ápice do projeto imperial moderno coincide com o apogeu do desenvolvimento da ciência cartográfica europeia.

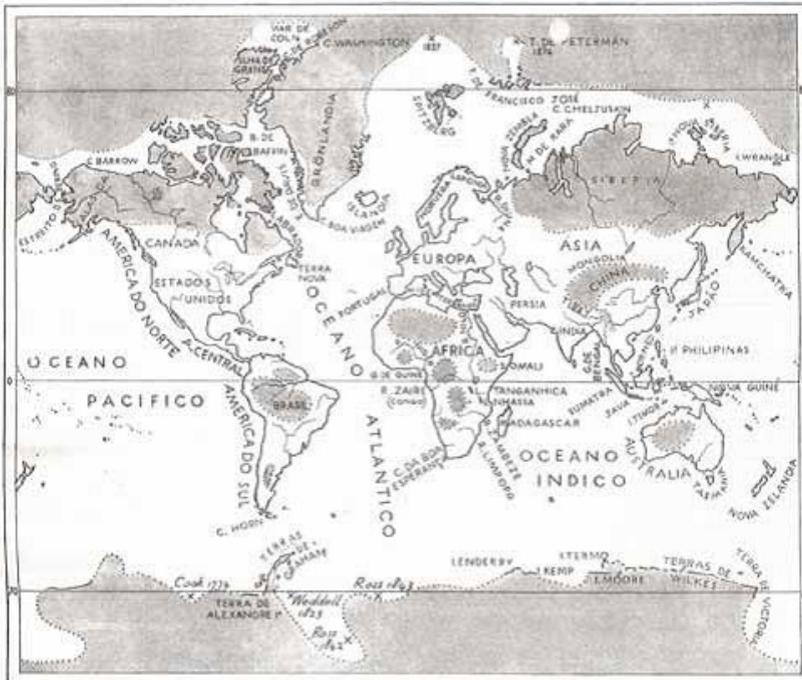
Edward Said (1998), ao referir-se ao caso francês, faz justamente remontar à constituição das sociedades de Geografia uma mudança paradigmática no próprio estatuto da disciplina: “A partir desse momento, os estudos e as explorações geográficas foram sempre ligados à ideologia (e à realização) do Império” (SAID, 1998, p. 196). Entre as disciplinas académicas envolvidas na produção cultural da alteridade, para além da antropologia e da historiografia (HARDT; NEGRI, 2002, p. 126-127), a geografia – “esta ciência que inspira muita magnífica devoção em nome da qual tantas vítimas foram sacrificadas” – adquire o papel de uma renovada *filosofia da terra*, segundo as palavras – um pouco exaltadas – dum funcionário colonial francês (SAID, 1998, p. 196).

O sonho da infância narrado por Conrad em *Heart of darkness*, que ainda permitia ao narrador imaginar *blank spaces* no mapa da terra, transforma-se em projeto *adulterado* de dominação imperial no mundo dos adultos. A cartografia do fim de século parece ser capaz de mapear toda a *terra incognita*. À geografia restam poucos lugares ainda por explorar, poucos lugares ainda restam por desentranhar ao incógnito. Em poucos anos, no espaço de uma geração, os *blank spaces*, os territórios

¹ Sobre a questão relativa à autoria queirosiana da adaptação portuguesa do romance inglês (*As minas de Salomão* é uma versão reduzida do texto original), vejam-se José Augusto França, 2000; Teresa Pinto Coelho, 1992; António Guerreiro de Sousa, 1993.

ainda não cartografados, deixaram de existir. Marlow – o protagonista de *Heart of darkness* – já crescido, aceita, como bom burguês, o facto de a *terra incognita* ter inevitavelmente desaparecido dos mapas europeus: “Está certo, [a África] deixara de ser aquele espaço vazio. A partir da minha infância, foi-se enchendo de lagos e rios e nomes. Tinha deixado de ser um espaço vazio de encanto e mistério” (CONRAD, 2000, p. 19. Tradução nossa)².

Num artigo significativamente intitulado “O que se ignora do mundo em 1893”, o geógrafo e diplomata português Jayme Batalha Reis editava um *mappa mundi* em que as áreas desconhecidas da Terra eram evidenciadas com “manchas pontuadas”. A análise das várias zonas ainda por explorar nos cinco continentes não passa de uma lista de territórios considerados apenas sob a ótica do interesse colonial português. O geógrafo da *Geração de 70* admite que continuam a existir no interior da África vastas regiões ainda pouco conhecidas e conclui acerca das “manchas pontuadas” no mapa: “no estudo de muitos destes países não será difícil mostrar os pontos em que Portugal terá, num futuro que pode começar amanhã, graves conflitos com os seus fortes e ambiciosos vizinhos” (REIS, 1941, p. 99).



O que se ignora do mundo em 1893. Áreas desconhecidas indicadas por manchas pontuadas (REIS, 1941, p. 87).

² Cf. o trecho original: “True, by this time it was not a blank space any more. It had got filled since my boyhood with rivers and lakes and names. It had ceased to be a blank space of delightful mystery...”.



Clara é a exortação aos portugueses, os quais um dia *fizeram* a geografia, e que mais recentemente deixaram de se interessar pela história das explorações geográficas: “a geografia, e sobretudo a geografia africana, deve, na minha opinião, ser uma das disciplinas mais ensinadas às crianças portuguesas, destinadas a serem os futuros comerciantes, os futuros navegadores, os futuros colonos da raça portuguesa” (REIS, 1941, p. 89). O atual debate internacional sobre os antigos territórios portugueses deve despertar um novo interesse pela geografia, isto é, pela geografia colonial, que estará ao serviço do expansionismo nacional. A ignorância geográfica é, hoje, inadmissível, escreve Batalha Reis (1941), quanto mais para um país que tem de se opor à avidez dos interesses estrangeiros: o contra-mito da espoliação territorial está a ser declinado através do léxico geopolítico. Ainda que a necessidade de introduzir a geografia no sistema de ensino geral esteja disfarçada pela – sempre eficaz – retórica humanística, uma razão mais concreta é articulada pelo geógrafo-diplomata:

Portugal tem de ser um grande centro de comércio e a África será, como já disse, para os portugueses, um grande campo de acção. [...]

É a África o único dos continentes colonizáveis onde Portugal, como nação soberana, tem ainda hoje interesses importantes, e, ainda agora, promessas de uma prosperidade futura (REIS, 1941, p. 87-88).

A geografia já tinha entrado, de direito, como disciplina privilegiada entre os saberes do Império, especialmente a partir do último quartel do século XIX, quando o discurso científico promovido pelas várias sociedades nacionais de Geografia contribuiu para *The Scramble for Africa*.

A geografia dos impérios é irrevogavelmente a geografia colonial: a tentativa produzida pela geografia colonial é erguer fronteiras em África, em nome duma partilha decidida algures, fora da África, em que o território africano é perpassado por cicatrizes e feridas que nenhuma dor pode evocar e repetir. As fronteiras “racionalizadas” criadas pelo colonialismo europeu em África funcionam como uma versão sofisticada do mimetismo colonial, ao mesmo tempo, “uma forma de criação e um instrumento de exclusão” (HARDT; NEGRI, 2002, p. 126). Todos os impérios modernos são, antes de mais nada, impérios de papel, mapas onde as distâncias se anulam ou se multiplicam, em razão de um *nomos* mistificador que juridicamente confirma a existência de uma contiguidade territorial entre Metrópole e Ultramar³: os mapas tornam-se também o melhor instrumento para reproduzir, no território repre-

³ Sobre o a questão do *nomos* da terra, e em especial no caso do Império português e francês, veja-se C. Schmitt, 1991.



sentado, as relações de poder vigentes na Europa, já que a alegada definição sistemática das fronteiras significava para qualquer potência colonial uma maneira de resgatar o espaço africano de toda a labilidade cartográfica da *wilderness* e, também, uma maneira de o proteger da cobiça internacional. Em nome da ciência geográfica, a Europa colonizadora podia desenhar os seus mapas sobre vastos territórios africanos, reivindicar as suas posses e populações, delimitar fronteiras com base na força militar e na diplomacia. O colonialismo aproveita os novos, mas também os antigos saberes, para justificar a própria ação. Também o discurso da geografia moderna é uma estratégia retórica que molda as descrições do Algueres geográfico para o europeu. Nos finais do século XIX, o expansionismo ocidental é o fator que contribui mais para a deformação da moderna representação cartográfica. Reduzir o mundo num mapa significa, no discurso colonial, tornar legível o espaço do Império, através da homogeneização e geometrização do território. A razão cartográfica torna-se, assim, um instrumento da racionalidade ocidental. Os cartógrafos do Império, num formidável esforço de hegemonia disciplinar, trabalham para impor ao caos do mundo – isto é, o Algueres colonial – a medida dos padrões científicos. A redução do Algueres africano, da sua natural “desordem”, para a superfície plana do mapa tem a ver com as várias tentativas disciplinares desfrutadas pela retórica colonial, com vista ao desmantelamento das estruturas territoriais africanas, substituídas pela imposição violenta da organização europeia, baseada na propriedade individual e na lógica de produção industrial.

Uma fórmula célebre de Yves Lacoste quis mostrar que a geografia serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Procuremos dizer de outra maneira: a geografia serve para fazer a colonização. É certo que a geografia colonial não se pode afastar das necessidades do conhecimento científico, mas serve também, quando não sobretudo, para determinar as condições da organização da pilhagem económica, que deve ser apoiada pelas técnicas de dominação do Outro (HENRIQUES, 1997, p. 64).

A geografia moderna, enquanto disciplina auxiliar do colonialismo, exemplifica como o paradigma científico da Modernidade ocidental legitimou a produção da não-existência territorial do Algueres africano. Por outras palavras, a representação cartográfica – ainda que deixe de entender o espaço à maneira fantástica dos compiladores antigos e se institua como “ciência moderna através da dúvida e do erro (Popper deveria estar contente)” [CALVINO, 1985, p. 430]] – continua a mentir. Com os mapas não só se pode mentir, mas é necessário mentir. Eles não passam de representações da realidade e, por isso, para todo o mapa é impossível escapar ao paradoxo cartográfico: retratar as relações funda-



mentais de um mundo complexo, tridimensional na superfície plana do papel e do ecrã, significa que o mapa tem de distorcer, inevitavelmente, a realidade (MONMONIER, 1991, p. 1).

1. Mentir em português com os mapas

Se aceitarmos a interpretação já clássica (MADEIRA SANTOS, 1988, p. 488-511), segundo a qual, na segunda metade do século XIX, os instrumentos de conhecimentos empíricos dos *sertanejos* portugueses em África estavam já ultrapassados pelas formas científicas de mapeamento cartográfico do território⁴, a sintonização de Portugal com o discurso geo-colonial europeu remonta à criação da Sociedade de Geografia de Lisboa, em 1875, na esteira – temporalmente atrasada – das sociedades geográficas já presentes em Londres, Berlim ou Paris. A curiosidade pela geografia e o interesse pela ciência devem ser dirigidas para uma lógica colonial segundo as palavras de Luciano Cordeiro, o fundador da Sociedade de Geografia. Uma das ideias principais era

o reconhecimento da urgente necessidade e do imperioso dever imposto a Portugal pelas suas tradições, pela sua condição de segunda potência colonial de Europa, pelos seus grandes interesses económicos e políticos no ultramar, de entrar definitivamente a pertencer ao movimento maravilhoso que as ciências, os estudos e as explorações geográficas estão exercitando no estrangeiro (GUIMARÃES, 1984, p. 23-24)

A fundação da Sociedade de Geografia de Lisboa pretendia responder às necessidades de uma “educação científica colonial” (GUIMARÃES, 1984, p. 202) que adaptasse a experiência colonial portuguesa à do resto das nações da Europa.

No caso do colonialismo europeu, os mapas imperiais da África são o produto da manipulação da ideologia colonial. O mapa tem um versátil e plural papel de instrumento de propaganda política e funciona como símbolo do poder e da autoridade nacional. Na idade dos impérios, o mapa não é apenas o símbolo perfeito da Nação, mas também uma estratégia visual de representar a Nação como Império. Sendo ao serviço dos Estados, os mapas, tal como os atlas, desempenham um duplo papel:

Perhaps the haste of new nations to assert their independence cartographically reflects the colonial power's use of the map as an intellectual tool for legitimizing territorial conquest, economic exploitation, and cultural imperialism. Maps made it easy for European state to carve up Africa and other

⁴ É possível reconhecer como essa mudança paradigmática ocorre no encontro entre o explorador científico Livingstone e o *sertanejo* português Silva Porto, acontecido no reino do Barotze em 1853.



heathen lands, to lay claim to land and resources, and to ignore existing social and political structures. Knowledge is power, and crude explorers' maps made possible treaties between nations with conflicting claims. That maps drawn up by diplomats and generals became a political reality lends an unintended irony to the aphorism that the pen is mightier than the sword (MONMONIER, 1991, p. 90).

Portanto, a ciência geográfica moderna pode até encher o mapa de símbolos que não correspondem a fronteira nenhuma, a ocupação ou conquista nenhuma: visto que os mapas mentem, o “fingimento” resultará ainda maior para justificar política e culturalmente o Império. Em conformidade com o próprio projeto de expansão em África, o discurso colonial de cada Nação de Europa constrói o seu mapa imperial refletindo no papel grandes unificações territoriais: a férvida imaginação de Cecil Rhodes pretende para Inglaterra um inteiro corredor “from Cape to Cairo”, a Alemanha sonha realizar uma ligação entre a África ocidental alemã (hoje Namíbia) e a África oriental alemã (hoje Tanzânia), a Bélgica tinha individuado nos territórios que ficam a sul do rio Congo e Zanzibar o espaço “vital” que lhe permitiria penetrar até à atual Zâmbia. Até a ideologia colonial portuguesa acabou, na esteira dessa “corrida cartográfica”, por redigir o próprio mapa africano, intitulado “mapa cor-de-rosa”, pelo seu promotor, Barros Gomes. Também, a cartografia sabe quão importantes são as cores para atrair e seduzir.

Color is a cartographic quagmire. Color symbols can make visually attractive as well as fulfill the mapmaker's need for contrast on road maps, geological maps, and other maps with many categories. [...] People respond emotionally to some colors, such as blue or red, and some of these responses are common and predictable enough to be tools of the cartographic propagandist (MONMONIER, 1991, p. 147-153).

Publicado em 1886, depois da Conferência de Berlim, o “mapa cor-de-rosa” não passava de uma representação cartográfica de uma antiga ideia (COELHO, 1996) que, após as viagens de exploração de Serpa Pinto e de Capelo e Ivens, voltou a fascinar a ideologia oficial colonial:

Unir Angola e Moçambique, cortar de um lado ao outro o continente africano, foi sonho dos nossos maiores (...) e bem cabida era esta ambição num povo que abrisse ao mundo o caminho de África, da Índia e do Brasil e que possuía, de um lado, as embocaduras do Zaire, do Quanza, e do Cunene, do outro a foz do Limpopo, o delta do Zambeze e o curso do Rovuma. Quem melhor do que nós poderia realizar tão grandiosa obra? (LUCAS, 1992, p. 306-307).



Imaginar a ocupação de toda a faixa da África subsahariana, que vai do oceano Atlântico até o Índico, de “Angola à contracosta”, ainda que fosse sedutor apenas para a corrente “maximalista” do novo colonialismo português, funcionou como ideia hegemônica no imaginário nacional, por duas razões fundamentais: por um lado, a *onírica* geografia africana permitia à cultura portuguesa utilizar os mesmos instrumentos para a corrida imperialista e, portanto, reconfigurar a própria imagem como sendo um grande Império, marginalizando as imagens da perifericidade de Portugal; por outro, o “mapa” ajudava a reabilitar o orgulho nacional-imperialista, até em termos de compensação simbólica pela perda do Brasil.

Traçado sobre uma dimensão imperial simbólica, sem ter em conta as condições políticas e económicas que o representavam, o mapa cor-de-rosa era de facto a visão absoluta do império como uma imaginação do centro (RIBEIRO, 2004, p. 63).

O sonho cartográfico português em África, apesar de ter contribuído para fortalecer o consenso colonial na Metrópole, ficou sempre tal e nunca chegou a concretizar-se historicamente. O “mapa cor-de-rosa” nunca se tornou realidade, a geografia não se fez história, tal como pretendiam os teorizadores do colonialismo lusitano. Todavia, ele funcionou – durante alguns anos – como espelho identitário para o uso nacional e internacional. Mentir com a geografia foi possível pelo menos até quando o discurso colonial nacional identificou o mapa com o território. O mapa geográfico oferecia a ilusão da dominação. A ideia de que existe uma coincidência perfeita entre mapa e território, conduz o discurso colonial europeu (e não só português) a uma identificação entre organização cartográfica e apropriação territorial.

O território africano colonial é um todo delimitado por fronteiras políticas, podendo ser retalhável em fragmentos, as “terras” dos europeus – fazendas, plantações, quintais, hortas, jardins, terrenos de construção – ou seja unidades e propriedades privadas que podem ser trocadas, vendidas e que podem ser também representadas graficamente, introduzindo nas práticas africanas um elemento que dela estivera ausente: a representação cartográfica, o mapa, instrumento indispensável à organização, à gestão e à exploração do território colonizado (HENRIQUES, 2004, p. 12).

Na idade dos Impérios, a terra africana virá a ser integrada no sistema de regras da representação cartográfica que não só mede neutralmente a superfície da terra, mas inscreve a África no sistema simbólico de representação ocidental.



Na linha da proposta teórica de Isabel Castro Henriques (2004), que estudou as recaídas da geografização em Angola, podemos reconhecer três operações estruturantes que o colonialismo português codificou na “criação” territorial de Angola, a partir dos inícios da década de oitenta. A primeira operação foi a dessacralização do espaço africano que implicava a transformação forçada, não só simbólica, da terra africana de espaço sagrado para espaço laico e, portanto, suscetível de ser controlado. A laicização da terra precisa da técnica e da ciência europeias, a que os portugueses recorrem utilizando toda a instrumentação moderna (o desenho, a foto, o teodolito) que lhes permite o conhecimento, a delimitação e a fragmentação da terra e, portanto, a sua adaptação ao sistema simbólico de representação ocidental (HENRIQUES, 2004, p. 30-31). O território é cuidadosamente mapeado, de tal maneira que pode ser inscrito na cartografia do *mapa-mundi*: laicizar a terra é uma operação indispensável para a criação do território colonial.

A segunda operação estruturante tem a ver com a redução da terra africana às regras da representação simbólico-científica, isto é, a cartografia.

A cartografia permite pois dar uma visibilidade inédita ao espaço que se pretende ocupar e permite igualmente definir as condições da sua organização. É como se qualquer território fosse um espaço sem conteúdo e sem vida, redutível a um mapa de papel – plano e liso, delimitado por linhas/ fronteiras, preenchido por símbolos e códigos abstractos, vazio de homens, de estruturas políticas, sociais, religiosas, vazio de histórias seculares. A pretendida cientificidade que preside à elaboração do mapa garantiria pois a legitimidade da apropriação dos territórios africanos pelas potências europeias (HENRIQUES, 2004, p. 32).

A geografização do território, tanto no plano simbólico como no pragmático, conduz à terceira operação que a ensaísta portuguesa define como a destruição da ordem territorial africana. Os projetos de definição das políticas coloniais vão-se multiplicando a partir do final do século XIX, com o intuito de dismantelar as estruturas que garantiam a autonomia dos territórios africanos, a fim de as substituir com sistemas de organização europeia (HENRIQUES, 2004, p. 35). Apesar de o processo colonial revelar uma grande discrepância entre as ambições humanistas e civilizadoras dos portugueses e a pequenez das suas realizações, o dismantelamento territorial através da ofensiva modernizadora (caminhos-de-ferro, estradas, introdução da agricultura industrial, organização de medidas jurídicas e administrativas destinadas a suprimir a liberdade do africano...) é uma ação violenta de des-africanização dos homens, da sociedade e da terra.



Num breve trecho de *Os Maias*, pela voz de Ega, o narrador ironiza acerca da mania francesa, imitada agora pelos portugueses, de civilizar a *wilderness* africana, que obriga a longas e inúteis explorações geográficas:

Mas Ega, que estivera um pouco silencioso, entalando de vez em quando o monóculo no olho e sorrindo para a baronesa, pronunciou-se contra todas essas explorações da África, e essas longas missões geográficas... “Porque não se deixaria o preto sossegado, na clama posse dos seus manipulados seus? Que mal fazia à ordem das coisas que houvesse selvagens? Pelo contrário, davam ao Universo uma deliciosa quantidade de pitoresco! Com a mania francesa e burguesa de reduzir todas as regiões e todas as raças ao mesmo tipo de civilização, o mundo ia tornar-se de uma monotonia abominável. Dentro em breve um *touriste* faria enormes sacrifícios, despesas sem fim, para ir a Tungubutu – para quê? – para encontrar lá pretos de chapéu alto, a ler o *Jornal dos Debates*” (QUEIRÓS, 1888, vol. II, p. 68).

Exportar a civilização ocidental significa ameaçar a existência do “exótico” que a cultura oitocentista europeia tinha, ao longo do século, inventado como espelho imaginário da própria identidade. A perda da “paisagem pitoresca” africana tal como pelo desaparecimento da ideia de “exótico” ligada a ela (a Modernidade transformou a África num “lugar de turismo”⁵) é quase liricamente evocada pelo Ega cujo discurso pró-escravagista funciona mais para *épater les bourgeois* da classe alta lisboeta do que como declaração de intenções políticas.

Ega declarou muito decididamente ao Sr. Sousa Neto que era pela escravatura. Os desconfortos da vida, segundo ele, tinham começado com a libertação dos negros. Só podia ser seriamente obedecido quem era temido. Por isso ninguém agora logorava ter os seus sapatos bem envernizados, o seu arroz bem cozido, a sua escada bem lavada, desde que não tinha criados pretos em que fosse lícito dar vergastadas... Só houvera duas civilizações em que o homem conseguira viver com razoável comodidade: a civilização romana e e a civilização especial dos plantadores de Nova Orleães. Porque? Porque numa e noutra existiram a escravatura absoluta, a sério, com o direito da morte...

Durante um momento o Sr. Sousa Neto ficou como desorganizado. Depois passou o guardanapo sobre os beiços, preparou-se, encarou o Ega:

- Então Vossa Excelência nessa idade, com a sua inteligência, não acredita no progresso?
- Eu não, senhor. (QUEIRÓS, 1888, p. 68).



Contudo, o desencanto de Ega – um pouco como a desilusão do Marlow conradiano perante a constatação de que os *blank spaces* por explorar tinham acabado – revela que uma nova percepção do espaço mudou o imaginário português e, mais em geral, europeu. Em termos geográficos, a repetição do “mesmo” que a civilização pretende impor destina-se à construção de um mundo sem diferenças como que homologado à medida da civilização europeia, ou melhor, francesa. Eça de Queirós, pela voz de João da Ega, critica a pretensão francesa de reduzir o mundo ao seu padrão. Crítica essa que voltará a ser citada quando se compara o “turista francês”, que só sabe apontar “os defeitos dos outros”, com o viajante moderno e cosmopolita encarnado pelo *dandy* Carlos Fradique Mendes, que reconhece que o imperialismo europeu “pisa e retalha dessasombradamente” a África “como se sangra e se corta a rês bruta, para nutrir o animal pensante” (QUEIRÓS, 1900, p. 123). Nas *Memórias e notas*, Fradique Mendes simboliza o espírito progressista e unanimista do viajante que, nas suas jornadas pela Patagônia, China, Índia, passando pela África, deixa de glosar o mito da superioridade europeia.

O que tornava estas viagens tão fecundas como ensino era a sua rápida e carinhosa simpátia por todos os povos. Nunca visitou países à maneira do detestável turista francês, para notar del alto e pecamente “os defeitos” – isto é, as divergências desse tipo de civilização mediano e genérico donde saía e que preferia. Fradique amava logo os costumes, as ideias, os preconceitos dos homens que o cercavam; e fundindo-se com eles no seu modo de pensar e sentir, recebia uma lição directa e viva de cada sociedade em que mergulhava [...] E estava tão homoganeamente numa cervejaria filosófica da Alemanha, aprofundando o Absoluto entre professores de Tubinga – como numa aringa africana da terra dos Matebeles... (QUEIRÓS, 1900, p. 83).

Na atitude de Fradique perante o Outro é possível reconhecer que o panteísmo cultural universal, convertido em unanimismo político, ocupa uma posição surpreendente e minoritária numa Europa cuja projeção imperial continuava a refletir, tanto no Centro como nas periferias, as suas trevas sombrias.

Considerações finais

Entre o fim do século XIX e o início do século XX, a ideia de que o mundo se torna cada vez mais pequeno e unificado é a consequência mais vistosa que a *finis geographiae* acabava de entrar como discurso no imaginário cultural europeu. O imperialismo, que acabava de estender o



próprio domínio na África, era o elemento que mais tinha contribuído para a redução das distâncias do mundo e, portanto, para repensar a ideia de espaço na cultura ocidental.

Le maggiori potenze europee avevano ingordamente trasformato il cuore di tenebra nel loro posto al sole. [...] L'idea dell'idolatria dei chilometri quadrati di Novicow era, come, l'idea del feticismo delle merci di Marx, una mistificazione collettiva riguardo al valore che al tempo stesso esaltava i valori materiali e nascondeva la miseria umana: essa mascherava la sofferenza delle popolazioni indigene, e glorificava la meta dell'impero (KERN, 1988, p. 292).

Uma vez que a geografia do espaço africano tinha sido cumprida, também o ignoto desapareceu. As culturas europeias começaram então a inventar lugares imaginários onde ambientar os seus contos e aventuras (PHILLIPS, 1997, p. 7). A geografia imaginária torna-se também, na Modernidade, uma construção do imperialismo. Com o desaparecimento das terras desconhecidas, a geografia – antiga aliada na colonização europeia – parece ter alcançado a fase final do próprio estatuto disciplinar. No entanto, tendo revelado toda a terra, a geografia continua a funcionar como dispositivo de representações culturais que legitimam o colonialismo. O império de papel é sustentado pela cultura que é uma poderosa máquina mitográfica de produzir Algueres, um lugar teórico onde foi feito um investimento material.

Se a empresa dos cartógrafos do império tinha sido identificar a representação com o território representado, de modo que a racionalidade do mapa pudesse conduzir ao controle do território da colônia, a partir do momento em que os mapas já não servem, por excessiva perfeição ou demasiada minuciosidade como no conto de Borges, as narrações do império devem imaginar territórios que a geografia já não pode representar. “*As terra incognita disappeared from European Maps, writers of adventure stories retreated from realistic to fantastic, purely imaginary space*” (PHILLIPS, 1997, p. 7). Será, portanto, a literatura que, projetando em lugares imaginários a aventura do próprio império, revela o paradoxo de toda a convenção cartográfica: o mapa não é o território. Nunca.

Referências

BORGES. Luis Jorge. **Obras completas**. São Paulo: Editora Globo, 1999, vol. II.

CALVINO, Italo. Il viandante nella mappa. *In: Saggi 1945-1985*. Milano: Mondadori, 1985, p. 426-433.

COELHO, Maria Teresa Pinto. **Apocalipse e regeneração: o Ultimatum e a mitologia da Pátria na literatura finesecular**. Lisboa: Edições Cosmos, 1996.



_____. Eça de Queirós e Rider Haggard. In: **Separata das actas do terceiro congresso. Associação Internacional de Lusitanistas**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1992, p. 273-284.

CONRAD, Joseph. **Cuore di tenebra**. Tr. it. Rossella Bernascone, introduzione di Robert Hampson, con un saggio di Vidiadhar S. Naipaul. Milano: Mondadori, 2000, ed. or. *Heart of darkness*, London, 1902.

FRANÇA, José Augusto. Comentário Editorial. In: **As minas do Rei Salomão/ King Salomon's Mines** de Rider Haggard com a versão de Eça de Queirós e uma tradução nova de Ana Carvalho, Lisboa: Livros Horizonte, 2000, p. 7-23.

GUIMARÃES, Ângela. **Uma corrente do colonialismo português: a Sociedade de Geografia de Lisboa: 1875-1895**. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Impero**. Tr. it. di A. Pandolfi. Milano: Rizzoli, 2002; ed. or. **Empire**. Cambridge: Harvard University Press, 2000.

HENRIQUES, Isabel Castro. **Percursos da modernidade em Angola. Dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX**. Lisboa: IICT/ICP, 1997.

_____. **Território e identidade. A construção da Angola colonial (c. 1872 – c. 1926)**. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004.

KERN, Stephan. **Il tempo e lo spazio**. Tr. it di B. Maj, Bolonha: Il Mulino, 1988; ed. or. **The culture of time and space 1880-1918**. Cambridge: Harvard University Press, 1983.

LEED, Eric J. **La mente del viaggiatore**. Bologna: Il Mulino, 1992, ed. or. **The mind of the traveller**, from Gilgamesh to global tourism, New York, 1991.

LUCAS, Maria Manuela. A ideia colonial em Portugal, 1875-1914. In: **Revista de História das Ideias**, 14, 1992, p. 297-324.

MADEIRA SANTOS, Maria Emília. **Viagens de Exploração Terrestre dos Portugueses em África**, 2ª ed. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1988.

MONMONIER, Mark. **How to lie with Maps**. Chicago; London: University of Chicago Press, 1991.

PHILLIPS, Richard. **Mapping men and empire. A geography of adventure**. London; New York: Routledge, 1997.



QUEIRÓS, Eça. **Os Maias. Episódios da vida romântica**. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardron, Casa Editora Luga & Genelioux, Successores; 2 volumes, 1888.

QUEIRÓS, Eça. **A correspondência de Fradique Mendes (memórias e notas)**. Porto: Livraria Chardron, de Lello & Irmão, 1900.

RIBEIRO, Margarida Calafate. **Uma história de regressos: império, guerra colonial e pós-colonialismo na literatura portuguesa**. Porto: Afrontamento, 2004.

REIS, Jayme Batalha. **Estudos históricos e geográficos**. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1941.

SAID, Edward. **Cultura e imperialismo**. Tr.it di S. Chiarini e A. Tagliavini. Roma: Gamberetti, 1998; ed. or. **Culture and imperialism**. London: Verso, 1994.

SCHMITT, Carl. **Der Nomos der Erde im Völkerrecht des Jus Publicum Europaeum**. Köln: Greven, 1950 (ed. utilizada **Il nomos della terra**, tr. it. di E. Castrucci. Milano: Adelphi, 1991).

SOUSA, António Guerreiro de. *As minas de Salomão* de Eça de Queirós. In **Dicionário de Eça de Queirós**, dirigido por António Campos Matos, Caminho, Lisboa 1993, pp. 590-593.

Recebido em 08 de agosto de 2012.

Aceito em 02 de setembro de 2012.

Vincenzo Russo

Licenciado em Letras Modernas pela Universidade de Bolonha (1998) e doutorado em Literatura Portuguesa (2003) pela mesma universidade, é actualmente professor auxiliar de Literaturas Portuguesa e Brasileira na Universidade de Milão. Como bolseiro do Instituto Camões (2003) e da *Scuola Superiore di Studi Umanistici* da Universidade de Bolonha (2004-05), tem-se interessado por poesia portuguesa moderna e contemporânea, pelo pensamento português e pelos imaginários imperiais africanos do século XIX e XX. Publicou em volume: *Tenebre bianche. Immaginari coloniali fin-de-siècle*, Reggio Emilia, Diabasis, 2008 e *Suspeita do avesso. Barroco e neo-barroco na poesia portuguesa contemporânea*, Pref. Roberto Vecchi, Vila Nova de Famalicão, Quasi, 2008. Organizou várias edições italianas de obras de autores portugueses e africanos de expressão portuguesa (José Luís Peixoto, Fernando Pessoa, Eduardo Lourenço, António Ramos Rosa, Eça de Queirós, Boaventura de Sousa Santos, Pepetela).

Email: vincenzo.russo1@unimi.it